

2. A advertência do corte por não pagamento da factura no prazo de trinta dias e a comunicação prévia referidos no número anterior devem constar da própria factura de forma clara e precisa e em caracteres facilmente legíveis.

3. [Anterior n.º 2]

4. [Anterior n.º 3]”

Artigo 2.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros de 24 de Maio de 2012.

José Maria Pereira Neves - Cristina Isabel Lopes da Silva Monteiro Duarte - Humberto Santos de Brito

Promulgado em 24 de Janeiro de 2013

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Decreto-Regulamentar n.º 2/2013

de 29 de Janeiro

Os Estatutos dos Militares, aprovados pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2012, de 15 de Novembro, definiram como cargos militares os lugares fixados na estrutura orgânica das Forças Armadas cujo preenchimento está sujeito às condições atinentes ao posto e à especialidade do militar, de acordo com os níveis de responsabilidade e qualificações exigidas.

Por conseguinte, com a aprovação do aludido diploma, foram introduzidas inovações relativamente ao exercício dos cargos militares, mormente aqueles exercidos em Comissão Normal, respondendo a um imperativo do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional.

Assim, foram ainda, à luz dos novos Estatutos, considerados cargos militares os lugares existentes em qualquer departamento do Estado ou em organismos internacionais a que correspondam funções de natureza militar, bem como as decorrentes do referido Conceito.

Torna-se, por conseguinte, necessário proceder à actualização do quadro de correspondências entre os postos e os cargos militares, dentro do espírito de salvaguardar o equilíbrio necessário e exigível entre as especificidades da Instituição Militar e as medidas de política que o Governo vem adoptando em matéria de recursos humanos.

Nesta perspectiva, a opção vai no sentido de estabelecer uma correspondência entre os postos das categorias de Oficiais Superiores e de Oficiais Capitães e os cargos de comando, direcção, chefia ou assessoria, seja nas Forças Armadas seja em outras instituições do Estado com papel relevante no sector da defesa e segurança, por forma a aproveitar a experiência, nível de responsabilidade e qualificações técnico-profissionais exigidas.

Assim,

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 34º do Decreto-Legislativo n.º 2/2012, de 15 de Novembro; e

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 205º e pela alínea a) do n.º 2 do artigo 264º, todos da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º

Objecto

É fixada a correspondência entre cargos e postos nas Forças Armadas (FA) e em comissão normal fora das FA, sem prejuízo do estabelecido em outros diplomas.

Artigo 2º

Correspondência entre cargos e postos

Os cargos de comando, direcção, chefia ou assessoria correspondem aos postos das categorias de Oficiais Superiores e de Oficiais Capitães.

Artigo 3º

Posto de Coronel

1. Ao posto de Coronel correspondem os seguintes cargos:

- a) Comandante da Guarda Nacional;
- b) Comandante da Guarda Costeira;
- c) Comandante do Pessoal;
- d) Comandante da Logística;
- e) Comandante Operacional das FA;
- f) Juiz Presidente do Tribunal Militar de Instância;
- e
- g) Inspector das FA.

2. Correspondem ainda ao posto de Coronel os seguintes cargos:

- a) Director Nacional;
- b) Chefe da Casa Militar do Presidente da República;
- c) Conselheiro Militar junto dos Órgãos da Soberania;
- e
- d) Inspector-Geral da Defesa.

Artigo 4º

Posto de Tenente-Coronel

1. Ao posto de Tenente-Coronel correspondem os seguintes cargos:

- a) 2º Comandante dos Ramos;
- b) Comandante de Região Militar;
- c) Director de Informações Militares;
- d) Comandante da Esquadilha Naval;
- e) Comandante da Esquadilha Aérea;
- f) Promotor de Justiça junto do Tribunal Militar de Instância;
- g) Director da Escola Militar;
- h) Presidente da Fundação Social das Forças Armadas;
- i) Chefe de Gabinete de Apoio dos Ramos;
- j) Director do Gabinete do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (CEMFA);
- k) Director do Centro de Planeamento Estratégico Militar; e
- l) Assessores militares do CEMFA.

2. Correspondem ainda ao posto de Tenente-Coronel os seguintes cargos:

- a) Director-Geral ou Director de Gabinete de membro do Governo e equiparados;
- b) Ajudante de Campo-de-Campo do Presidente da República e do Primeiro Ministro;
- c) Assessor Militar do Ministro da Defesa Nacional;
- e
- d) Adido Militar.

Artigo 5º

Posto de Major

1. Ao posto de Major correspondem os seguintes cargos:

- a) Director do Centro de Operações da Guarda Nacional;
- b) Director de Serviço;
- c) Adjunto do Comandante de Região Militar;
- d) Inspector-Adjunto;
- e) Comandante da Unidade de Operações Especiais;
- f) Comandante da Guarnição do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA);
- g) Comandante de Grupo de Artilharia; e
- h) Assessores militares dos Comandantes dos Ramos e dos Comandantes Funcionais.

2. Correspondem ainda ao posto de Major os seguintes cargos:

- a) Ajudante-de-Campo do Ministro da Defesa Nacional; e
- b) Director de Serviço ou equiparado.

Artigo 6º

Posto de Capitão

1. Ao posto de Capitão correspondem os seguintes cargos:

- a) Comandante de Companhia, de Bateria e equiparados; e
- b) Comandantes de Destacamentos Independentes.

2. Corresponde ainda ao posto de Capitão o cargo de Ajudante-de-Campo do CEMFA.

Artigo 7º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 22 de Novembro de 2012.

José Maria Pereira Neves - Jorge Homero Tolentino Araújo

Promulgado em 24 de Janeiro de 2013

Publique-se

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO

Gabinete da Ministra

Portaria n.º 6/2013

de 29 de Janeiro

Convindo definir as datas-valor a considerar na efectivação dos créditos em conta dos funcionários públicos, reformados, pensionistas e outros agentes do Estado, relativas aos pagamentos pensões, remunerações e outros abonos fixos ou variáveis;

Dando cumprimento ao disposto no n.º 8 do artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 9/96, de 26 de Fevereiro, que define as normas e os procedimentos relacionados com o registo, processamento, orçamentação, contabilização e pagamento dos vencimentos, pensões, descontos, abonos e outras despesas com pessoal da Função Pública em articulação com o previsto no número 11 do artigo 11º do Decreto-Lei de execução do Orçamento de Estado do ano 2013.

Assim,

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 205º e pelo n.º 3 do artigo 264º da constituição;

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pela Ministra das Finanças e do Planeamento, o seguinte:

Artigo 1º

Âmbito

O presente diploma aplica-se apenas aos pagamentos das remunerações dos funcionários e agentes, aposentados, reformados, beneficiários da pensão de sobrevivência e da do regime não contributivo, e outros servidores públicos da Administração Pública integrados na base de dados de RH/Salários do Ministério das Finanças.

Artigo 2º

Datas-valor

1. São fixadas as seguintes datas-valor dos processamentos por ministérios, cabimentação e liquidação, visto do controlador financeiro e a data de creditação das remunerações nas contas dos beneficiários.

2. As datas-valor a que se refere o número anterior, constam da tabela anexa ao presente diploma e que faz parte integrante do mesmo.

3. Quando, porventura, algumas das datas referidas no número anterior coincidam com sábado, domingo ou feriado, os créditos que se encontrem marcados para esse dia passam automaticamente para o dia útil imediatamente anterior, bem assim, todos os subsequentes.

Artigo 3º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação

Gabinete da Ministra das Finanças e do Planeamento, na Praia, aos 17 de Janeiro de 2013. – A Ministra das Finanças, *Cristina Duarte*